



## TERMO ADMINISTRATIVO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL DE BEM IMÓVEL Nº 040/2022, na forma abaixo:

Pelo presente Termo Administrativo de Desapropriação Amigável de Bem Imóvel, e na melhor forma de direito, com amparo no § 2º do art. 10-A do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941, os abaixo assinados, de um lado, o **MUNICÍPIO DE SAQUAREMA**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 32.147.670/0001-21, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia Antonio Peres Alves, brasileiro, contador, portador da carteira de identidade nº 813468915 expedida pelo Detran-RJ, inscrito no CPF sob o nº 278.883.637-68, doravante denominado **MUNICÍPIO**; e de outro lado, **EMPRESA IMOBILIÁRIA MELGIL LDTA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 30.064.976/0001-99, neste ato representada pelas suas sócias Ana Bety Carvalho Moreira, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade nº 04744600-0, expedida pela IFP/RJ, inscrita no CPF sob o nº 861.049.937-53, residente na Rua Itapuca, nº 16/501, Ingá, Niterói-RJ; e Nilma Ribeiro do Nascimento, brasileira, divorciada, economista, portadora da carteira de identidade nº 16.600 expedida pelo CRE/RJ, inscrita no CPF sob o nº 619.128.597-34, residente na Rua Tupinambás, nº 118/201, São Francisco, Niterói-RJ, doravante denominado **EXPROPRIADO**, resolvem celebrar o presente termo amigável, alicerçando-se nas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Através do Decreto nº 2.303 de 05 de maio de 2022, foi declarada de utilidade pública para fins de desapropriação dos lotes de terreno designados pelos nºs 05 e 30, da quadra nº 387, situado no Loteamento denominado "Vilatur Saquarema", no lugar de Ipitangas, zona urbana do 1º Distrito de Saquarema-RJ.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Para fins da desapropriação, o imóvel descrito na Cláusula Primeira foi devidamente avaliado pelo setor competente da Municipalidade, sendo o valor apurado oferecido ao **EXPROPRIADO** para indenização integral do valor de mercado do referido bem, isto na forma do art. 10-A do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O valor de mercado do bem, apurado conforme mencionado na Cláusula Segunda, é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), que, aceito pelo **EXPROPRIADO**, é pago pelo **MUNICÍPIO** neste ato, através de transferência bancária para a conta corrente nº 13000248-8, agência nº 4680 do Banco Santander, da titularidade de Empresa Imobiliária Melgil LDTA, dando o **EXPROPRIADO** ampla, geral e irrevogável quitação, por pago e satisfeito, para nada mais reclamar, no presente ou no futuro, com relação ao negócio jurídico realizado entre as partes.